

Por uma defesa da compreensão da paisagem

Angélica da Rocha

Arquitecta Paisagista, Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Fernando Pessoa
angelica@ufp.pt

RESUMO

É premente a compreensão de todas as estruturas de composição da paisagem, desde a rural à urbana, por parte de todos aqueles que nela operam, desde quem a planeia até a quem a utiliza directa ou indirectamente. A par da estrutura rodoviária, que ninguém nega a importância de continuidade, surgem outras estruturas que necessitam de continuidade, no intuito de permitir o fluxo e regeneração de água, ar, solo, sementes, fauna, flora silvestre e do Homem. Desta forma a Estrutura Ecológica é o suporte garantido da continuidade pretendida, desde a escala nacional à escala local, assegurando e concretizando o *Continuum Naturale* e o *Continuum Culturale*, passando pela defesa das áreas de máxima sensibilidade previstas pela REN, principalmente em meio rural, até aos espaços verdes urbanos contínuos, confrontados na actualidade pela urgência de vias verdes.

PALAVRAS-CHAVE

Continuum Naturale, *Continuum Culturale*, Estrutura Ecológica, Periferia-Urbana, Paisagem.

ABSTRACT

The understanding of all the structures that make up a landscape by the people who work in it is essential, from the rural to the urban elements, from those who plan it, to those who use it directly or indirectly.

Apart from the motorway structure, whose importance in terms of continuity cannot be denied, there are other structures that emerge needing continuity with the objective of allowing the flow and regeneration of water, soil, seeds, fauna, wild flora and Man. This way, the Ecological Structure is the guaranteed support of the desired continuity, from a national to a local level, assuring and rendering concrete the *Continuum Naturale*, and the *Continuum Culturale*, to the defence of the areas of maximum sensitivity foreseen by REN, mainly in a rural environment, and in to the continuous urban green spaces, today confronted by the urgency of the greenways.

KEY WORDS

Continuum Naturale, *Continuum Culturale*, Ecological Structure, Urban-Periphery, Landscape.

PROTEGER A PAISAGEM / COMPREENDER A PAISAGEM

O crescimento demográfico que desde os meados do século passado se fez sentir e que se prevê continuar a aumentar até 2010 (Partidário, 2002:87–88) na Europa e, a concentração das populações nas áreas metropolitanas, assim como o incremento de estudos na área da ecologia, nomeadamente da ecologia da paisagem, motivaram a necessidade de se protegerem sistemas da paisagem que, até então, não estavam a ser colocados em risco e, que desde sempre, formaram elementos essenciais à própria vivência humana, tanto urbana como rural.

Até ao *boom* da explosão demográfica, a periferia urbana encerrava áreas complementares da própria cidade. Estas, viviam totalmente dependentes uma da outra. É exemplo, Atenas democrática com 14000 votantes que dependiam inteiramente de 100000 escravos agricultores que trabalhavam no exterior. Ao longo da história da cidade, sempre se verificou esta relação entre o núcleo e a periferia. A conexão perfeita de interdependência entre a cidade e o campo garantia a vida da paisagem rural, uma vez que a cidade adquiria os bens que esta mesma paisagem produzia.¹ “Mais tarde, em Lisboa, no Porto...apareceram, como simbiose, entre a cidade e o exterior, as quintas – um fenómeno tão urbano como rural, até mais urbano do que rural. Geralmente, as quintas de veraneio, que pertenciam a pessoas com possibilidades económicas, constituíam como que uma cintura envolvente, um subúrbio verde especial à volta de cidade” (Telles, 1996:8).

“Não existiam na cidade tradicional mais espaços verdes de uso público do que na cidade actual. No entanto, a pequena dimensão do núcleo urbano permitia aos seus habitantes chegarem ou verem a paisagem rural sem grande esforço, mantendo-se física e psicologicamente acessível” (Marques; 2004:70–71).

Depois da revolução industrial, a desmedida e rápida concentração de pessoas nas áreas peri-urbanas, conduziu, por um lado, ao progressivo abandono das áreas rurais e, por outro, à acelerada edificação destas áreas. A par desta realidade, o papel de promotor imobiliário² que a cidade tem vindo a desempenhar na sua política de planeamento

urbanístico, abreviou velozmente a ocupação de superfícies do território que até então exerciam funções específicas de suporte à vida de própria da cidade – principalmente através da oferta de frescos.

Com o fomento de uma consciência ecológica por volta dos anos 60–70 de século XX, assomam-se as iniciativas de travagem a este crescimento desmedido, com reflexos inadequados relativamente aos objectivos pretendidos “Conferência Mundial do Meio Ambiente, Estocolmo, 1972 e, a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, 1992, duas conjunturas que, do ponto de vista do desenvolvimento económico e social, delimitaram um processo que vai do que, talvez um tanto impropriamente, foi então considerado um apelo ao *crescimento zero*, até ao que hoje em dia aparece consignado como uma exigência de *desenvolvimento sustentável*” (Ferreira, 2004:103). Também, A Comissão para o Ambiente e o Desenvolvimento em 1987, através do Relatório Brundtland (1991), aplica o termo de *desenvolvimento sustentável*³, e não o de *crescimento*. Tal desenvolvimento deve garantir a manutenção dos processos ecológicos fundamentais e dos sistemas essenciais à vida humana, a preservação da diversidade genética dos recursos vivos e a utilização de forma perene das espécies e dos ecossistemas⁴. Será a falta desta prática, inerente ao conceito, que prevalece na ordem do dia, fruto de um mau entendimento do próprio conceito? Serão só as prevalências económicas as geradoras de uma falta de adequação dos recursos territoriais à realidade? Ou, por outro lado, será a falta de ligação ao passado e à sua compreensão, que impedem a conformidade entre as potencialidades convenientes ao território e ao desenvolvimento económico, tendo em vista o *futuro*? A continuidade da preservação da paisagem e manutenção de potencial genético sempre foi preocupação do homem sob a forma de protecção consciente dos recursos ao seu dispor, pois este coabitava, conhecia e apurava o conhecimento da dinâmica da própria natureza. Hoje, a política de protecção dos recursos naturais e sistemas da paisagem impõe-se ao Homem sem que este a compreenda. “Como é que podemos dar valor ao que não sabemos que o tem?” (Amado, 2001:60). Será sempre difícil impor uma política de protecção da paisagem sem que os seus intervenientes a compreendam, sem que se façam

distanciar os desfasamentos entre a realidade da dinâmica da paisagem e a dinâmica de aproveitamento dos recursos por parte do Homem. “A disponibilização de informação é indispensável, num panorama de grande défice informativo vigente, ou mesmo *iliteracia ambiental*. Relembre-se que em 1997, cerca de 75% das pessoas não sabiam o que era um PDM, num momento em que já estavam quase todos aprovados, e supostamente com discussão pública. Há instrumentos legais que continuam muito distantes da percepção das pessoas, e, no entanto, interferem directamente com o seu quotidiano, como são os casos dos referidos PDM, mas também da Reserva Ecológica Nacional (REN). Isto para além da política de fechamento das instituições que arrolham a informação e dificultam o acesso aos dossiers mantendo um sistema de desinformação sistemática claramente intencional.” [SCHMIDT, 2001:25–26].

ELEMENTOS DA ESTRUTURA DA PAISAGEM

“Paisagem é a figuração da biosfera e resulta da acção complexa do homem e de todos os seres vivos – plantas e animais – em equilíbrio com os factores físicos do ambiente” [CABRAL, 1973, s.p.]

A paisagem constitui um sistema de interdependências entre os factores físicos do ambiente – clima, pedologia, litologia, hidrologia e os seres vivos – plantas, animais e o Homem, todos em equilíbrio. Através da compreensão das suas correlações entendemos indubitavelmente como é que ela opera e de que modo pode ser ajustada às necessidades do Homem. Estas correlações compõem estruturas na paisagem que impõem “continuidade”, de modo a que os elementos que as integram não se façam perder ao longo do seu fluxo. “A intervenção em qualquer parcela territorial terá que ter em atenção que se trata de um sistema complexo, com interrelações e fluxos constantes que anulam qualquer fronteira artificialmente considerada”. Cancela d’Abreu [1995:s.p.].

Desde o final do Século XIX, Portugal passou a dispor de legislação relativamente à protecção dos seus recursos naturais nomeadamente a água (Domínio Público Hídrico) e algumas espécies vegetais autóctones, o Sobreiro e a Azinheira. Mais tarde, em 1975, surgem 2 diplomas, defesa

dos melhores solos agrícolas⁵, defesa do coberto vegetal e do relevo natural e defesa da paisagem rural⁶, que seguidamente originaram a Reserva Agrícola Nacional – RAN⁷. Em 1976, classificam-se as áreas adstritas à conservação da natureza e da paisagem⁸, originando posteriormente a Reserva Ecológica Nacional – REN⁹. A aplicação desta última lei assume-se através da regulação de restrição¹⁰ à edificação e não como regulação do potencial que a estrutura encerra. Acrescentando este facto, ao de uma falta de compreensão da própria lei, na medida em que esta poderá apresentar várias leituras, provoca, desde especialistas, a técnicos e, à população em geral, contestação perante os instrumentos reguladores da paisagem e perante a própria paisagem. Também o nome, “Reserva”, implica uma “salvaguarda” e uma “protecção”, que colabora no processo de objecção à própria Lei.

Se, como anteriormente foi referido, a paisagem resulta das correlações entre os seus componentes, estes não actuam isoladamente, mas sim através de uma dinâmica de interacções. Desta forma, também as figuras jurídicas, que salvaguardam estes vários componentes, deveriam actuar em parceria. A competência de delimitação destes componentes e a sua gestão dispersam-se por vários organismos, pertencentes a dois Ministérios: a Reserva Agrícola Nacional, ao Ministério da Agricultura; o Domínio Público Hídrico, ao INAG; a Reserva Ecológica Nacional, a Rede Nacional de Áreas Protegidas e a Rede Natura 2000, ao Instituto de Conservação das Natureza, ou seja, ao Ministério do Ambiente. A par do distanciamento da gestão destas figuras jurídicas acontece também a incongruência na definição de algumas áreas, como é o exemplo das áreas adjacentes às linhas de água: que através do Domínio Público Hídrico são formuladas diferentemente às previstas pela Reserva Ecológica Nacional, permitindo a edificação em áreas de protecção da REN.

Com o panorama apresentado, tornou-se de grande importância a implementação de uma figura que compreendesse todas as figuras anteriormente apresentadas. Já há alguns anos se tem feito este apelo no sentido de simplificar, integrar e dar a conhecer mais facilmente todas as bases de suporte físico real, ao conceito de *Continuum Naturale*¹¹, previsto na Lei de Bases do Ambiente.

"Deveria ser criada uma Estrutura Ecológica Nacional, que reunisse os objectivos da Reserva Ecológica Nacional, da Reserva Agrícola Nacional, do Domínio Público Hídrico e da Rede Natura 2000 numa só figura legislativa, com a força de lei." [Magalhães, 2001:418].

Em 1999 é integrada, no âmbito dos conteúdos materiais, respectivamente do Plano Director Municipal e do Plano de Urbanização, a Estrutura Ecológica¹².

Sendo a Estrutura Ecológica a agregação transversal das figuras jurídicas de suporte ao *Continuum Naturale*, torna-se indispensável a concretização de um instrumento que garanta este mesmo contínuo, agregando novamente a cidade, "urbe", ao campo, "ager", dispensando, ou remetendo para segundo plano, a noção de espaço público urbano segundo um modelo *pontilhista* de jardins, parques, praças, entre outras tipologias isoladas e carenciadas de uma manutenção exagerada, imposta pelo isolamento que apresentam e pela memória de um passado, ainda demasiado presente do Jardim Romântico. Pretende-se desta forma que os espaços manifestem características de continuidade de forma a garantir, segundo Magalhães (2001:106): "A Continuidade – assegurada pela circulação da água e do ar, do solo e da vegetação que, por suas vez, constituem *habitats* que permitem a circulação da fauna; A Elasticidade – significa a capacidade do sistema de se adaptar à variabilidade dos seus elementos, dos quais o mais evidente é a água, tanto mais, quanto maior for a amplitude dos valores registado; A Meandrização – aumento das interfaces entre diferentes elementos da paisagem, ou seja, aumentado o efeito de orla entre meios diferentes, onde são maiores os gradientes entre os parâmetros físicos e biológicos; A Intensificação – de modo a garantir uma optimização daqueles mesmos parâmetros, compensando o empobrecimento ecológico das áreas mais artificializadas."¹³ Ao impor-se a necessidade de compatibilização do *Continuum Naturale*, principalmente em meio urbano, com as práticas culturais, desportivas e de lazer, indispensáveis à manutenção da vivência humana, bem como do seu desenvolvimento, assoma-se a indispensável concretização da integração do *Continuum Culturale*¹⁴, que compreende a introdução do conceito de corredor verde: "O conceito de corredor verde tem sido proposto

como uma estratégia de ordenamento do território e de desenho da paisagem, a qual se baseia na salvaguarda dos valores existentes e na definição de áreas prioritárias de recuperação no sentido da definição de uma rede de áreas e corredores de elevada qualidade paisagística."¹⁵

"...Se acrescentarmos às funções ecológicas desta estrutura, algumas funções de uso ligadas ao lazer e ao recreio, mas também à circulação de peões e bicicletas e à fruição de equipamento cultural, temos o que mais recentemente se tem designado por Corredores Verdes. Estes constituem novas entidades urbanas com as suas funções associadas..." [Magalhães, 1996: s.p.]

Compete a todos aqueles que têm por objecto de trabalho a Paisagem e outros que têm por objecto de trabalho outras entidades que influem directamente na transformação da mesma, reflectir sobre a importância destas estruturas contínuas – vias verdes – que se pretendem assumir como um instrumento de unificação e valorização das acções artificiais compreendidas pelo homem, em constante dinâmica com os processos de circulação, movimentação e regeneração dos elementos que a encerram.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Ana (2001): *Ambiente, Cultura e Desenvolvimento*, Porto, ADECAP – Associação para o Desenvolvimento da Cooperação em Arqueologia Peninsular.

AMADO, Miguel Pires (2005): *Planeamento Urbano Sustentável*, Casal de Cambra, Caleidoscópio.

BRANDÃO, Pedro; REMESER, A. (2000): *Espaço Público e Interdisciplinaridade*, Lisboa, Centro Português de Design.

BRUNDTLAND, G., H. et al (1991): *Nosso Futuro Comum*, Lisboa, Meribérica-Liber

CABRAL, Francisco Caldeira (1973): "Paisagem", in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol.14, Verbo

CABRAL, Francisco Caldeira (1980): *O Continuum Naturale e a Conservação da Natureza, in Conservação da Natureza*, Lisboa, Serviços de Estudos do Ambiente.

CABRAL, Francisco Caldeira (1993): *Fundamentos da Arquitectura Paisagista*, Lisboa, Instituto da Conservação da Natureza.

CABRAL, Francisco Caldeira; TELLES, Gonçalo Ribeiro (1999): *A Árvore em Portugal*, Lisboa, Assírio & Alvim e Autores.

CANCELA D'ABREU, Alexandre d'Orey (1995): *Desordenar ou Ordenar o Desordenado, in Conferência Planear para o Virar do Século*, Aveiro, Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro.

CARVALHO, João Manuel (2005): *Planeamento Urbanístico e Valor Imobiliário. As parcerias público-privado: teorias, metodologia, potencial*, Cascais, Principia.

COSTA, Alexandre Alves; SCHMIDT, Luísa; JORGE, Vítor Oliveira (Coords) (2001): *Ambiente, Cultura e Desenvolvimento*, Porto, ADECAP.

FERREIRA, Victor Matias (2004): *Fascínio da Cidade. Memória e Projecto da Urbanidade*, Lisboa, Centro de Estudos Territoriais e Ler Devagar.

JELICOE, Geoffrey, JELICOE, Susan (1995): *The Landscape of Man*, United Kingdom, Thames & Hudson Ltd.

MAGALHÃES, Manuela Raposo (1996): *Morfologia da Paisagem. Modelos de usos preferenciais para o solo*; Lisboa, Instituto Superior de Agronomia.

MAGALHÃES, Manuela Raposo (2001): *A Arquitectura Paisagista. Morfologia e Complexidade*; Lisboa, Editorial Estampa.

MARQUES, Paulo Farinha (2004): *Estrutura ecológica fundamental ao nível do perímetro urbano. Vias verdes na cidade*, in Revista Arquitectura e Vida, Agosto-Setembro.

PARTIDÁRIO, Rosário Partidário (2002): *Contributo para uma Política de Sustentabilidade Urbana – A Problemática do Ambiente Urbano*, in Revista Sociedade e Território, nº33.

PAMOLO, Pedro J. Salvador (2003): *La Planificación Verde en las Ciudades*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, S.A.

PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João (2003): *Políticas Urbanas. Tendências, estratégias e oportunidades*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

SARRIVA, António Manuel de Paula (2005): *Princípios de Arquitectura Paisagista e de Ordenamento do Território*, Mirandela, João Azevedo Editor.

TELLES, Gonçalo Ribeiro (1996): *Conferências de Matosinhos: Um Novo Conceito de Cidade: A Paisagem Global*, Matosinhos, Contemporânea Editora, Lda.

TELLES, Gonçalo Ribeiro (2001): *Plano Verde. Estruturas Ecológicas e Componentes Ambientais*, in Revista Lisboa – Urbanismo, Boletim da Direcção Municipal de Planeamento e Gestão Urbanística. Maio /Junho

TELLES, Gonçalo Ribeiro (2003): *A Utopia e os Pés na Terra*, Instituto Português de Museus [Catálogo de Exposição].

NOTAS DE RODAPÉ

1 Segundo Telles (1996:8) " A cidade criou um espaço envolvente suburbano muito importante para a própria cidade: a cidade não vivia de si própria , não podia viver sem o exterior, o subúrbio..."

2 Segundo Carvalho (2005:7) "A cidade tem assumido de forma crescente o papel de um agente económico, nomeadamente o de um produtor com uma função específica, denominada pela produção e espaço. Nisto a Cidade – enquanto agente económico – aproxima-se do promotor imobiliário."

3 (Brundtland, 1991) "desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades"

4 Na formulação expressa na Estratégia Mundial de Conservação. IUCN, 1980.

5 Decreto-Lei n.º 356/75

6 Decreto-Lei n.º 357/75

7 Decreto-Lei n.º 451/83

8 Decreto-Lei n.º 613/76

9 Decreto-Lei n.º 321/83 "...constitui uma estrutura biofísica básica e diversificada que, através do condicionamento à utilização de áreas com características ecológicas específicas, garante a protecção de ecossistemas e a permanência e intensificação dos processos biológicos indispensáveis ao enquadramento equilibrado das actividades humanas."

10 Note-se o uso do termo: "condicionamento", na definição apresentada em nota n.º 9.

11 "O Continuum Naturale é o suporte da vida silvestre e da manutenção do potencial genético e que contribui para o equilíbrio e estabilidade do território". Lei de Bases do Ambiente, Lei 11/87 de 7 de Abril. Segundo Telles (2003:334)"Continuum Naturale: sistema contínuo que permite o funcionamento e desenvolvimento dos ecossistemas naturais e dos agrossistemas, através de estruturas que garantem a presença da Natureza e da vida silvestre, a diversidade e o potencial genético (biodiversidade), a circulação da água, do ar, a regulação das brisas, a protecção do vento e a estabilidade física do território."

12 Decreto-Lei n.º 180/99 [revisado do DL n.º 310/2003] Artigo 14.º - 1 - Os instrumentos de gestão territorial identificam as áreas, valores e sistemas fundamentais para a protecção e valorização ambiental dos espaços rurais e urbanos, designadamente as áreas de reserva ecológica.

13 Interpretação da autora face aos conceitos de Continuidade, Elasticidade, Meandreização e Intensificação apresentados por Cabral (1980:41-43)

14 Segundo Telles (2001) entende-se Continuum Culturale "um sistema contínuo de espaços edificados e seus vazios"

15 Ver Associação Portuguesa de Corredores Verdes em: www.isegi.unl.pt/labnt/cverdes/pages/default.htm